QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL: desafios e possibilidades de atuação dos/as assistentes sociais no campo da educação ambiental

ENVIRONMENTAL QUESTION AND SOCIAL SERVICE: challenges and possibilities of action of social workers in the field of environmental education

Gessyca Andrea de Lima Baracho[1]

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo contribuir para o debate crítico sobre a questão ambiental e a inserção do Serviço Social nessa área, com destaque para a atuação dos/as assistentes sociais no campo da Educação Ambiental. Dentro disso, objetivamos refletir sobre os desafios e possibilidades que se apresentam para os/as assistentes sociais no campo da Educação Ambiental. Para realizar essas reflexões, inicialmente articulamos a questão ambiental à dinâmica destrutiva do modo de produção capitalista, no qual seu agravamento vem impondo condições sociais e ambientais devastadoras, ao mesmo passo que seu enfrentamento vem requisitando a intervenção dos/as assistentes sociais. Uma das formas de enfrentamento da questão ambiental nos quais atuam as/os assistentes sociais é a Educação Ambiental, e com ela se apresentam os desafios e as possibilidades de atuação profissional. Nesse sentido, caminhamos sob a perspectiva do método dialético-crítico, realizando a pesquisa de caráter bibliográfico.

Palavras-chave: Questão Ambiental. Capitalismo. Serviço Social. Educação Ambiental.

ABSTRACT

This article aimed to contribute to the critical debate on the environmental issue and the insertion of Social Work in this area, with emphasis on the role of social workers in the field of Environmental Education. Within this, we aim to reflect on the challenges and possibilities presented by social workers in the field of Environmental Education. In order to carry out these reflections, we initially articulated the environmental issue to the destructive dynamics of the capitalist mode of production, in which its worsening has been imposing devastating social and environmental conditions, while its confrontation has required the intervention of social workers. One of the ways of coping with the environmental issue in which social workers work is Environmental Education, and with it the challenges and possibilities of professional performance are presented. In this aspect, we walk from the perspective of the historical-dialectical method, using bibliographic research as a methodology.

Keywords: Environmental issue. Capitalism. Social service. Environmental education.

1 INTRODUÇÃO

[1]Universidade Federal de Pernambuco; Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social; gessycabaracho@gmail.com.

O debate ambiental, ao longo dos anos, vem se fazendo presente e necessário na cena contemporânea, devido ao agravamento dos processos que constituem a chamada questão ambiental. Esta se configura como inerente à ordem sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2015), uma vez que a expansão e a acumulação capitalista requisitam, de forma inesgotável, a mercantilização das forças humanas e dos recursos que a natureza dispõe. Dessa forma, a produção capitalista é, fundamentalmente, destrutiva, pois sua premissa fundante é a formação de excedente para a obtenção de lucros. Nesse sentido, as consequências sociais e ambientais da produção capitalista, como a poluição, a devastação das florestas e a escassez dos recursos naturais estão, cada vez mais, em evidência.

Ao mesmo passo em que se avançam os processos de destruição da natureza também avançam alternativas ao seu enfrentamento, a exemplo da Educação Ambiental. Desse modo, muitos são os profissionais que atuam no enfrentamento da questão ambiental, dentre os quais estão os/as assistentes sociais.

É diante desse cenário que o presente trabalho teve como objetivo contribuir para o debate crítico sobre a questão ambiental e a inserção do Serviço Social nessa área, com destaque para a atuação dos/as assistentes sociais no campo da Educação Ambiental e, com isso, refletir sobre os desafios e as possibilidades dos/as assistentes sociais no campo da Educação Ambiental, caminhando as reflexões sob a perspectiva do método dialético-crítico, utilizando-se como metodologia a pesquisa de caráter bibliográfico.

2 A questão ambiental e o Serviço Social

Dentro da perspectiva crítica marxista, da qual partilhamos, a questão ambiental constituiu-se como resultado do modo de produzir da sociedade do capital. Isto é, do próprio modo de produção capitalista que tem por finalidade fundamental a formação de excedente (mais valor) para obtenção de lucros, e que, para tal, necessita explorar de forma inesgotável a força de trabalho humana e os

recursos naturais, tornando-os mercadorias. É no capitalismo que se funda a apropriação privada dos meios de existência, os quais deixam de ser propriedades coletivas (de forma absoluta) para se transformarem em capital, inaugurando uma nova relação com a natureza (FOLADORI, 2001).

Nesse sentido, a intensa exploração e expropriação dos bens naturais coletivos no desenvolvimento capitalista, como água e a terra, para atender aos anseios de expansão e acumulação, e não necessariamente as necessidades humanas, têm causado sua crescente dilapidação, acompanhada da superexploração da força de trabalho. Isso significa que o sistema capitalista para se reproduzir e se expandir continuamente necessita da intensa exploração tanto do/a trabalhador/a como dos bens coletivos do planeta, mas esse fato tem causado um duplo esgotamento: das forças humanas, através da superexploração e precarização do trabalho, assim como dos recursos naturais, em função do seu uso indiscriminado, da poluição entre outras formas de degradação da natureza.

Acerca disso, Marx (2011, p. 573) nos revela as consequências ao trabalhador e a terra do progresso da grande indústria e da agricultura moderna:

> Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo o progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição.
>
> Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

É importante destacar que a sociedade do capital ao tornar os recursos naturais e os sujeitos em mercadorias, separando estes e alienando-os das condições materiais de sua existência, criou-se uma ruptura na relação metabólica entre os sujeitos com a natureza, o que Foster (2005), apropriando-se do conceito de metabolismo social de Marx, chamou de falha na “relação metabólica”. Essa ruptura é fruto da separação entre a relação orgânica dos seres humanos com a natureza. Isso porque os sujeitos são parte intrínseca da natureza, dela dependem

para sua autorreprodução e se constituem enquanto seres sociais, pois ao transformar a natureza, transformam a si próprios, mediada pelo trabalho. No entanto, sob o sistema capitalista, essa relação é fragmentada e alienada, passando a ser mediada pelas relações mercantis, criando cada vez mais um estranhamento entre os seres humanos com o seu meio.

Nessa esteira, os processos de degradação socioambiental em consequência da exploração mercantil elevada pelo lucro têm progressivamente se revelado como uma das faces mais destrutivas do sistema do capital na contemporaneidade. São exemplos desses processos: a poluição industrial do ar e dos mares, os níveis de aquecimento global, a intensa exploração dos recursos naturais, os desmatamentos das florestas, bem como a produção exacerbada de mercadorias e o aumento do descarte de objetos devido à lógica da obsolescência programada. Esses são alguns dos inúmeros problemas ambientais que constituem a chamada questão ambiental.

Esse cenário de destruição social e ambiental não sendo uma realidade nova, tem se agravado a nível global, mesmo que seus efeitos se façam sentir de modos distintos entre os países, dos quais as populações dos países da periferia do capitalismo são as mais afetadas, como os países da América Latina, inclusive o Brasil. Segundo Nunes (2018, p.212), “No quadro da divisão internacional do trabalho, colonizados ou não, esses países periféricos foram/são fornecedores de recursos naturais para os países desenvolvidos, sendo constantemente saqueados no processo de expansão capitalista”.

Dessa forma, esse modo de produção, que tem por essência a formação de excedente para a obtenção de lucros, transforma os recursos naturais em mercadorias e, para produzir mercadorias, necessita explorar exponencialmente os recursos humanos e os bens naturais do planeta, provocando consequências devastadoras sobre os sujeitos, sobretudo àqueles que sobrevivem da venda da força de trabalho e para os diversos ecossistemas mundiais, agravadas no contexto da ideologia neoliberal e da financeirização do capital. Dentro disso, Chesnais e Serfati (2003, p. 44) apontam:

> Tomadas em conjunto, as destruições ambientais e ecológicas e as agressões contra as condições de vida dos proletários são resultado dos efeitos cumulativos de mecanismos secretos pelo funcionamento, há

> décadas, do modo de produção capitalista e da dominação contemporânea, renovada e quase sem limites, do capital financeiro.

Diante desse contexto de acirramento das contradições estruturais do sistema capitalista e o consequente agravamento da questão ambiental, o próprio capital vem criando estratégias para minimizar os seus efeitos, empenhando-se na administração das manifestações da "questão ambiental" “através do impulsionamento de programas compensatórios, lastreados pelo discurso do solidarismo, do respeito aos direitos humanos e da defesa do meio ambiente” (SILVA, 2010, p. 143).

Conforme Nunes (2013), a questão ambiental passa a ser uma preocupação mundial a partir da década de 1970, inserindo-se na agenda pública através de uma intensificação nas manifestações, convenções e protocolos realizados por uma pactuação entre os países dedicados “a inserir a problemática socioambiental no centro das políticas públicas enquanto mecanismo de reparação e de preservação do meio ambiente” (2013, p. 200), no qual se enfatizam o discurso de cooperação entre os países para um enfrentamento de um problema “comum a todos”. Nesse processo, destaca-se o papel dos organismos multilaterais, que vêm cumprindo uma função determinante “[...] no debate influenciando as diretrizes políticas e econômicas direcionadas aos ‘ajustes estruturais’ dos países periféricos” (ibidem, p. 200).

Sobre o papel dos organismos multilaterais, em especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Nunes (2013 p. 200) menciona que estes vêm apresentando estratégias para mitigar os efeitos negativos da problemática socioambiental, posto que esses efeitos constituem num limite para a autorreprodução do capital “na medida em que impedem a apropriação dos bens sociais e naturais e a sua mercantilização”. A exemplo das estratégias adotadas estão as discussões sobre **educação ambiental**, economia verde e sustentabilidade ambiental (NUNES, 2013, grifo nosso).

No entanto, a questão ambiental é compreendida como uma problemática de ordem apenas natural, do campo da biologia, desvinculando-a do seu caráter sócio-histórico, das relações sociais de produção. Nesse sentido, a dimensão social da

problemática ambiental é esvaziada ou secundarizada, privilegiando a sua dimensão ecológica e criando um discurso e uma prática pretensamente neutros de preservação da natureza, os quais escamoteiam a pobreza e as desigualdades sociais que são inerentes ao sistema vigente, ou seja, “a defesa da natureza comparece divorciada do enfrentamento da questão social ou como hierarquicamente superior a esta, negando-se, moto-contínuo, a estreita vinculação entre ambas” (ibidem, p.144).

Desse modo, as estratégias ao seu enfrentamento vem se revelando como saídas de natureza técnica, uma vez que não se põe “em questão os determinantes históricos e sociais da produção destrutiva [...]”(SILVA, 2010, p.145) do capital, mas sim concentram seus esforços na perspectiva da responsabilização dos indivíduos pelo atual cenário de devastação, de forma indiferenciada, apelando para “a imperativa necessidade de mudanças atitudinais e um comportamento mais respeitoso ante a natureza para superar este contexto de destruição” (ibidem, p.145), de forma a garantir a expansão capitalista.

Nesse cenário desafiador e de contradições, muitos profissionais são interpelados a dar respostas ao enfrentamento da questão ambiental, entre os quais se inserem os/as assistentes sociais.

Segundo Silva (2010), o Serviço Social brasileiro desde início dos anos 2000 vem contribuindo e atuando na temática ambiental tanto no campo da intervenção cotidiana quanto no campo da pesquisa, período este em que também se expandiu a produção acadêmica acerca desse tema. Ainda segundo a autora, devido ao agravamento da questão ambiental e das suas várias manifestações os/as profissionais de Serviço Social vêm se incorporando cada vez mais nesse campo de atuação, desenvolvendo ações nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, como no âmbito do próprio Estado, nas ONGs (organizações sem fins lucrativos) e também nas empresas privadas.

De acordo com Nunes (2013, p. 202), as possibilidades de atuações dos/as assistentes sociais nesse campo são mais notáveis

> [...] no âmbito da elaboração de programas e projetos ambientais; em estudos de impactos socioambientais elaborados, principalmente, para efetuar as ações de remanejamento de população atingida por determinada obra; em situações de desastres; vinculadas aos processos de Educação

Ambiental articulados à defesa da melhoria na qualidade de vida dos serviços prestados pelas instituições às quais se vinculam, dentre outras.

Ainda sobre a intervenção dos/as profissionais de Serviço Social na área ambiental, Rafael (2008, p. 98) afirma que esta não se diferencia das outras áreas de atuação, pois as intervenções desenvolvidas estão "voltadas para a administração institucional, gestão de programas e projetos, sendo estas atreladas às tradicionais **formas de atuação pautadas em ações pedagógicas de caráter educativo e orientador** [...]". De acordo com sua pesquisa no âmbito das empresas, a autora identifica que, fundamentalmente, é no campo da Educação Ambiental que os/as assistentes sociais se inserem, realidade que não se restringe apenas ao âmbito das empresas.

Assim, em função da histórica vinculação do Serviço Social com os processos de formação pedagógica junto aos usuários é que sua intervenção na gestão ambiental vem sendo, majoritariamente, atrelada às atividades de educação ambiental, "as quais constituem uma mediação do conjunto das ações neste campo" (SILVA, 2010, p. 148). Desse modo, a Educação Ambiental enquanto campo de atuação de destaque do Serviço Social no âmbito da questão ambiental daremos ênfase no item abaixo para refletirmos de forma mais aprofundada sobre esse tema, os desafios e as possibilidades de intervenção profissional.

3 Desafios e possibilidades de atuação dos/as assistentes sociais no campo da Educação Ambiental

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho vinculada aos processos de produção e reprodução das relações sociais, surgindo no terreno histórico do desenvolvimento da industrialização e urbanização no Brasil, diante da formação das demandas postas pelas classes trabalhadoras em ascensão. A profissão surge no contexto de conformação do capitalismo monopolista no país e no centro da luta de classes nesse período, onde se gesta a questão social. Esta é resultado da contradição entre capital e trabalho, sendo reconhecida por parte do Estado e das classes dominantes a necessidade de intervir sobre ela, na qual se constituiu como

objeto de intervenção profissional do Serviço Social. É sobre as mais variadas manifestações da questão social que o/a assistente social historicamente intervém.

Nesse sentido**,** a questão ambiental enquanto manifestação da questão social vem sendo, nos últimos anos, também um dos campos de atuação profissional da categoria de assistentes sociais. Sobre isso, Nunes (2018, p. 219) esclarece:

> Com suas ações condicionadas pelas estruturas e dinâmicas sociais, expressa pelas correlações de força e lutas de classe, o Serviço Social vem sendo demandado a intervir nas sequelas da questão social, sendo a questão ambiental uma das suas expressões latentes; haja vista a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista contemporânea que tem acentuado a destrutividade e mercantilizado os efeitos da destruição ambiental.

Como mencionado anteriormente, é no agravamento da questão ambiental e das suas formas de manifestação como resultado da produção destrutiva do capital que a profissão vai sendo requisitada a dar respostas a essa problemática. É no campo da Educação Ambiental que os/as assistentes sociais têm atuado de forma mais expressiva no enfrentamento da problemática socioambiental, em razão da sua vinculação histórica com os processos de formação e organização da cultura junto às classes trabalhadoras.

Desde os primórdios da profissão que a função pedagógica desempenhada pela categoria de assistentes sociais “inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade” (ABREU; CARDOSO, 2009, p.1). Essa função pedagógica, portanto, é exercida pela categoria como condição inerente e constitutiva, que, diante do terreno contraditório das relações sociais estabelecidas, ora responde aos interesses do capital, ora responde aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Mesmo não sendo uma atribuição privativa dos/as assistentes sociais, a mobilização social e a organização dos sujeitos configuram-se como elementos constitutivos e inerentes à prática profissional como condição indispensável para a concretização da intervenção (ABREU; CARDOSO, 2009). Assim sendo, esses processos se apresentam na atuação dos/as profissionais de Serviço Social no campo da educação ambiental, uma vez que se vinculam à sua dimensão político-

pedagógica, na qual possibilita uma intervenção crítica sobre o debate ambiental, caminhando sob a perspectiva do direito e da justiça social.

Segundo Silva (2010, p. 149), mesmo não sendo um campo de intervenção exclusivo dos/as profissionais do Serviço Social, a educação ambiental vem ganhando destaque na sua intervenção sobre a gestão ambiental e, enquanto foco dos programas e projetos voltados ao meio ambiente, vem ganhando forma através de campanhas educativas, realização de seminários, oficinas e reuniões, “adquirindo visibilidade na agenda profissional seja no âmbito da pesquisa, criando novos objetos de pesquisa, seja na intervenção cotidiana em projetos e programas socioambientais”.

Continua a autora, afirmando que esse processo, no qual amplia o mercado de trabalho e cria novas demandas para os/as profissionais, “reafirma o caráter pedagógico da profissão, tencionando as intencionalidades profissionais e o projeto de classe que portam” (ibidem, p. 149), posto que “as práticas desenvolvidas pelo assistente social se vincula [...] a diferentes projetos profissionais e societários” (ABREU; CARDOSO, 2009).

Dessa forma, assim como os projetos societários continuam em disputa, na educação ambiental não se faz diferente; como expressão dessas relações, também demonstra a diversidade de pensamento e horizonte ideopolítico, podendo situá-la em duas macrotendências: a vertente instrumental e a vertente emancipatória. A primeira, de caráter instrumental e acrítico, se alinha à lógica de administração da questão ambiental e de manutenção da ordem capitalista, uma vez que não se questiona os fundamentos estruturantes da questão ambiental, largamente disseminada na sociedade, principalmente pelos meios de comunicação. A segunda, na contramão, vincula-se a uma crítica do sistema capitalista, apontando para uma perspectiva de transformação social (SILVA, 2010).

Acerca da Educação Ambiental Instrumental, Loureiro (2015, p. 74) revela que esta parte de uma “concepção do ambiente como algo reificado”, facilitando a ideia que o possível e realizável na práxis educativa é a sensibilização dos sujeitos para uma mitigação do atual cenário de destruição ambiental, procurando conscientizá-los sobre a correta administração dos recursos naturais. Nesse sentido,

o que se prega é a concepção que situa o ambiente como uma categoria universal e única, ignorando sua dimensão social intrínseca, permeando o discurso da salvação do planeta e responsabilizando individualmente os sujeitos por tal tarefa. Essa vertente da educação ambiental "[...] enfatiza a dimensão ecológica em detrimento das demais contextualizações do problema ambiental, [...] ignorando a sua interface com a dinâmica social" (LAYRARGUES, 2006, p. 12).

Diante disso, a prática educativa configura-se esvaziada de sua dimensão política, uma vez que coloca "na transformação do comportamento individual uma centralidade que não corresponde ao seu papel de mudança social" (LAYRARGUES, 2006, p.13). Essa perspectiva tem um caráter conservador e moralizador sobre a "questão ambiental", pois individualiza a problemática como de âmbito subjetivo, sem tratar das condições sociais, econômicas, políticas, históricas, culturais e ideológicas na qual se inscreve.

Desse modo, como bem coloca Silva (2010, p. 153), a ênfase na responsabilização do indivíduo [...] e a culpabilização abstrata da sociedade diante da "questão ambiental"; de igual maneira, propõem-se, como saídas privilegiadas, as mudanças atitudinais e gestionárias, as quais se tem demonstrado insuficientes como mecanismos de enfrentamento da 'questão ambiental' [...]". O foco de atuação dessa perspectiva é na mudança individual de comportamento dos sujeitos como condição central para a mudança na realidade, como se essa mudança individual, apenas, fosse possível solucionar problemas complexos acerca da questão ambiental, os quais são oriundos da ordem estrutural do capital.

Já a vertente da Educação Ambiental Emancipatória, de acordo com Loureiro (2006, p.23), inscreve-se na compreensão da educação "como um elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício de cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade". Ou seja, na compreensão da questão ambiental articulada à dinâmica de exploração e acumulação capitalista, na construção de processos pedagógicos, junto aos sujeitos, que desvelam as raízes fundantes da problemática ambiental no sentido de romper

com as ideologias que as escamoteiam, no enfrentamento verdadeiramente "político das desigualdades e injustiça socioambiental" (LAYRARGUES, 2014, p. 33).

Nesse sentido, a educação ambiental que se afirme sob uma perspectiva transformadora se vincula a um projeto de classe, uma vez que não se trata apenas de eleger os segmentos mais pobres e subalternizados da sociedade como sujeitos privilegiados de suas ações, mas reconhecê-los enquanto sujeitos políticos (SILVA, 2010). No entanto, essa dimensão não se restringe ao âmbito da ação profissional do Serviço Social, mas assume um caráter essencialmente social, "posto que a educação ambiental e as ações a esta correlatas referenciam-se seja no plano material ou simbólico - nas lutas sociais, relaciona-se com o conjunto das ações de classe e com as possibilidades de superação expressas em uma dada conjuntura histórica" (SILVA, 2010, p.150).

À vista disso, constitui-se como um dos principais desafios ao Serviço Social desvendar "a natureza teórica e política das propostas de educação ambiental nas quais a profissão é convocada a intervir" (SILVA, 2010, p. 151), pois se constitui como tarefa imperativa aos que se propõem a uma intervenção crítica, [...] analisar os fundamentos de tais formulações, ao tempo em que se investigam os seus desdobramentos ideoculturais, perante os usuários e a sociedade [...]" (ibidem, p.151).

Além disso, segundo Silva (2010, p. 154), os/as assistentes sociais ao intervir na "administração da 'questão ambiental' se depara com um conjunto de requisitações de caráter técnico-operativo, tendo em vista as necessidades institucionais, via de regra marcadas pelos imediatismos e formalismos". Esses requisitos têm sido operados sob a lógica da gestão no enfrentamento da destruição da natureza, o qual tem solicitado "as habilidades profissionais sob o viés psicologizante e comportamental, restringindo o discurso ambiental aos objetivos institucionais" (SILVA, 2010, p. 154). Nessa lógica, as competências profissionais acabam por se inserirem no horizonte do capital, uma vez que limita/fragmenta a leitura do real sobre as variadas expressões da questão ambiental.

Continua a autora, alertando que

> A ausência (ou insuficiente) problematização das demandas estreita o leque de possibilidades da profissão, confinando-a a limites previamente

> estabelecidos. Assim, corre-se o risco de se verem questões referentes ao lixo, a água, à energia, ao saneamento básico, entre outras - as quais vêm requisitando cada vez mais o Serviço Social -, serem tomadas em si mesmas, como problemáticas circunscritas aos limites territoriais específicos de uma dada área e deslocadas do universo complexo que implica a "questão ambiental". As estratégias a serem adotadas, como consequência, remontam às mudanças comportamentais e à incorporação, acrítica, das requisições institucionais pelos usuários (SILVA, 2010, p. 154).

Logo, é nesse terreno de tensões e contradições que se colocam os desafios aos assistentes sociais nos processos de educação ambiental, os quais podem, assumindo a perspectiva instrumental da educação ambiental, reforçar as desigualdades sociais ao fortalecer uma concepção individualizada e, consequentemente, posturas conservadoras acerca das várias expressões da questão ambiental juntos aos usuários, como o não acesso ao saneamento básico, responsabilizando as camadas mais subalternizadas por sua própria condição social imposta por um sistema de vida em que o lucro é o seu fim último. Por outro lado, podem vincular-se à perspectiva emancipatória/transformadora da educação ambiental, a qual tem por finalidade contribuir para os processos de compreensão crítica sobre a realidade social e ambiental e fortalecer a organização e mobilização social dos sujeitos para a construção da luta pelo acesso ao usufruto dos meios sociais e de vida de forma igualitária.

Esta última tem a possibilidade de se realizar uma vez que o Serviço Social brasileiro possui um legado de renovação crítica da cultura profissional (MOTA; RODRIGUES, 2020) conquistado no processo histórico de ruptura com o conservadorismo, iniciado no III CBAS, conhecido como o Congresso da Virada, realizado em 1979. Essa cultura profissional que se constituiu crítica, com base na teoria marxista, tenciona a todo tempo a materialização do seu Projeto-Ético-Político, fruto dessa renovação, no qual se vincula ao "compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais [...]", propondo a "construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero" (NETTO, 1999, p. 15).

Desse modo, "o Serviço Social avançou na construção de uma cultura política e profissional crítica [...]. Somos sujeitos da formação de uma sociabilidade libertária e emancipatório, e da preservação da unidade entre as diversas dimensões da

profissão (teórica/ética/ideopolítica e técnica)", pois é dessa unidade das dimensões que reside a resistência ao pensamento conservador, tanto no campo da pesquisa como no âmbito do exercício profissional (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 205).

Portanto, o Serviço Social enquanto uma profissão que tem um Projeto-Ético-Político hegemônico alinhado a um projeto de classe transformador/emancipatório, posicionando-se contrário a todas as formas de exploração, opressão e dominação, tem na educação ambiental emancipatória a possibilidade de intervir através dos processos pedagógicos e incidir nos modos de pensar e agir dos sujeitos sociais de modo a contribuir na busca de uma outra forma de sociabilidade, politizando criticamente o debate ambiental e social, construindo pontes rumo à sociedade socialista, onde a socialização do bens sociais e naturais sejam pressupostos fundamentais a todos, e não mercadorias.

4 CONCLUSÃO

Diante das reflexões realizadas, o presente trabalho teve como objetivo contribuir para o debate crítico sobre a questão ambiental e a atuação do/da assistente social nesse campo, destacando sua atuação no âmbito da Educação Ambiental, problematizando alguns desafios e possibilidades de intervenção profissional. Nesse sentido, o que nos motiva a refletir sobre tal tema diz respeito, primeiramente, ao movimento de desvelar o caráter predatório e destrutivo da sociedade do capital, sua dinâmica expansiva que tem como base fundamental a exploração e expropriação sempre crescente da força de trabalho humana e dos recursos da natureza.

Segundamente, como forma de contribuir para o debate da atuação do Serviço Social sobre a questão ambiental, com foco na Educação Ambiental, tendo em vista um dos campos que os/as assistentes sociais têm mais atuado, encontrando um cenário de desafios que confrontam os projetos societários em disputa. Os desafios para os/as assistentes sociais tensionam as escolhas ético-políticas e teórico metodológicas acerca da educação ambiental, posto que, como

resultado da dinâmica contraditória das relações sociais, esta se apresenta também para a educação ambiental.

Portanto, atrelado ao compromisso ético e político com a emancipação humana dos sujeitos/usuários que enfatizamos a possibilidade de vinculação da atuação profissional dos/as assistentes sociais à educação ambiental transformadora, pois imbuídos/as da sua função pedagógica têm a possibilidade de intervir nos processos de formação da consciência crítica, na organização e mobilização das classes trabalhadoras e subalternas. Mas para isso destacamos a importância do constante movimento de reflexão teórica sobre a realidade social em que os/as profissionais estão intervindo sob perspectiva de totalidade social, a qual desvela as contradições do real, permitindo reconhecer os limites e possibilidades de sua ação para uma atuação propositiva e criativa, qualificando a intervenção profissional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 1. ed. Brasília/DF: CFESS e ABEPSS, 2009.

CHESNAIS, François.; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. Crítica Marxista, São Paulo, p. 39-75,2003.Disponível em:<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo9539_merged.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2021.

FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. Crítica Marxista, São Paulo, n. 12, p. 105-117, 2001.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 199-247.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para que a educação ambiental encontre a educação. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____.; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade, São Paulo v. XVII n.1, p.23-40, jan./mar. 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. O capital: crítica à economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. R. Katálysis, Florianópolis, v.23, n.2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto-Ético-Político do Serviço Social. Disponível em:<https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 11 jan 2021.

NUNES, Letícia Soares. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12. n. 1, p. 196 – 212, jan./jun. 2013.

_____. A Questão socioambiental e os Desafios ao Serviço Social. O Social em Questão, Rio de Janeiro, Ano XXI. n.40, p. 209 - 228, ja./abr. 2018. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_40_art_9_Nunes.pdf>. Acesso em: 6 jan 2021.

RAFAEL, P. R. B. A “questão ambiental” e a intervenção do Serviço Social nos programas socioambientais das empresas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9634>. Acesso em: 15 dez 2020

SILVA, Maria das Graças. Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. 1.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.